



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000004964

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1008864-30.2024.8.26.0564, da Comarca de São Bernardo do Campo, em que é apelante MARINA MARIN GIL VESPOLI (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado BANCO BNP PARIBAS BRASIL S/A.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual do Núcleo de Justiça 4.0 em Segundo Grau – Turma II (Direito Privado 2) do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Julgaram extinto o processo sem resolução do mérito e prejudicado o recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores NATAN ZELINSCHI DE ARRUDA (Presidente sem voto), JOSÉ PAULO CAMARGO MAGANO E JOÃO BATTAUS NETO.

São Paulo, 8 de janeiro de 2025.

GUILHERME SANTINI TEODORO

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

Apelação nº 1008864-30.2024.8.26.0564

Apelante: Marina Marin Gil Vespoli (Justiça Gratuita)

Apelado: Banco Bnp Paribas Brasil S/A

Voto nº 5998

CONTRATO BANCÁRIO. Revisional. Improcedência. Recurso da autora. Indícios de litigância predatória. Determinação da relatoria para apresentar procuração com firma reconhecida e poderes específicos, comprovar os pressupostos para concessão da gratuidade e apresentar declaração com firma reconhecida com esclarecimentos sobre a iniciativa de ajuizamento. Desatendimento. Enunciados 1, 2, 4 e 5 do Comunicado CGJ nº 424/2024. Precedente da Turma. **Extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos dos arts. 76, § 2º, I, 139, III, 485, IV e 932, I e III, do CPC e dos Comunicados CGJ nº 02/2017 e nº 424/2024. **Apelação prejudicada.****

Da sentença de improcedência de ação revisional apela a autora a alegar a ilegalidade dos juros cobrados.

O banco apelado ofertou contrarrazões, alegando, entre outras questões, indícios de advocacia predatória (fls. 261/5).

Com fundamento nos Comunicados nº 02/2017 e 424/2024 da Corregedoria Geral da Justiça e art. 139, III do CPC, a relatoria determinou que a apelante, em quinze dias, apresentasse procuração com firma reconhecida e poderes específicos, comprovasse os pressupostos para concessão da gratuidade e apresentasse declaração com firma reconhecida com esclarecimentos sobre a iniciativa de ajuizamento (fls. 279/280).

A apelante juntou documentos sobre hipossuficiência financeira e requereu a dilação do prazo para a apresentação da documentação faltante (fls. 282/315).

É o relatório, em essência.

Ausente prova de falsidade dos documentos que instruíram o pedido de gratuidade e sem notícias de fato superveniente capaz de alterar a condição financeira, o benefício deve ser mantido.

Indefiro o pedido de prorrogação do prazo para cumprimento do disposto a fls. 279/280, pois não foi provada justa causa (art. 223 do CPC).

Frise-se que a determinação em questão está de acordo com

os Enunciados 1, 2, 4 e 5 do Comunicado CGJ nº 424/2024, com o seguinte teor:

“ENUNCIADO 1 - Caracteriza-se como predatória a provocação do Poder Judiciário mediante o ajuizamento de demandas massificadas, qualificadas por elementos de abuso de direito ou fraude.

ENUNCIADO 2 - A identificação de indícios de litigância predatória justifica a mitigação da presunção de veracidade da declaração de hipossuficiência, bem como a determinação de comprovação dos requisitos do art. 5º, LXXIV, da CF, para a obtenção da gratuidade.

(...)

ENUNCIADO 4 - Identificados indícios da prática de abuso de direito processual, em cenário de distribuição atípica de demandas, é recomendável a adoção das boas práticas divulgadas pelo NUMOPEDE, notadamente providências relacionadas à confirmação da outorga de procuração e do conhecimento efetivo do outorgante em relação à exata extensão da demanda proposta em seu nome, inclusive mediante convocação da parte para comparecimento em juízo.

ENUNCIADO 5 - Constatados indícios de litigância predatória, justifica-se a realização de providências para fins de confirmação do conhecimento e desejo da parte autora de litigar, tais como a determinação da juntada de procuração específica, inclusive com firma reconhecida ou qualificação da assinatura eletrônica, a expedição de mandado para verificação por Oficial de Justiça, o comparecimento em cartório para confirmação do mandato e/ou designação de audiência para interrogatório/depoimento pessoal.”

Essa é a orientação desta Turma nas hipóteses em que há indícios de litigância predatória, como na espécie:

“APELAÇÃO. Ação revisional cumulada com pedido de repetição. Determinação de juntada de procuração com firma reconhecida, conforme orientação NUMOPEDE, suspeitando-se de litigância predatória, além de outras determinações. Não cumprimento. Sentença de extinção sem resolução de mérito. Irresignação do autor. Indícios de litigância predatória. Procuração com poderes específicos e firma reconhecida que não veio aos autos, mesmo em sede de apelação. Determinação que encontra respaldo nos Comunicados da Corregedoria nºs 02/2017 e 424/2024, emitidos pela Corregedoria Geral deste Tribunal. Tema nº 1.198, do Eg. Superior Tribunal de Justiça, aplicável ao caso concreto. Inexistência de prejuízo à parte ou ao advogado, tornando a resistência injustificada. Recurso que não comporta conhecimento em razão de irregularidade na representação do autor. Não juntada de procuração regular induz em inexistência de mandato. Atos do advogado existentes, mas não válidos. Atribuição dos ônus sucumbenciais corretamente fixado. Recurso não conhecido.” (TJSP, AP 1000505-78.2024.8.26.0439, rel. Des. Márcia Tessitore, j. 28/11/2024).

Considerando a inércia injustificada da autora em cumprir a determinação judicial, medida necessária para garantir que não se trata de litigância predatória, declaro extinto o processo, sem resolução do mérito, nos termos dos artigos 76, § 2º, I, 139, III, 485, IV e 932, I e III, do CPC e dos Comunicados CGJ nº 02/2017 e nº 424/2024.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Em consequência, está prejudicada a apelação.

Majoro os honorários advocatícios arbitrados na origem para 12% do valor da causa, observada a gratuidade (art. 98, § 3º do CPC).

Guilherme Santini Teodoro – relator.